

ARQUITETURA DAS PROPOSTAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE CINCO MUNICÍPIOS CATARINENSES

Daiana Ludvig

Introdução

A partir dos dados preliminares de uma pesquisa ainda em curso, com o objetivo de analisar as propostas curriculares da educação infantil dos dez maiores municípios de Santa Catarina, o presente trabalho tem por objetivo analisar a arquitetura das Propostas Curriculares de cinco municípios catarinenses (denominados como A, B, C, D e E). Entendemos que esta análise é um indício importante para percebermos como as políticas federais são apropriadas pelos entes federados. É uma pesquisa documental, compreendida como “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p. 5). Está organizada seguindo duas ações principais: a) revisão bibliográfica e documental, do período de 2000 (após publicação da LDB) a 2015; b) coleta e análise dos dados junto aos sites ou diretamente às secretarias municipais de educação. A revisão bibliográfica foi feita via o banco de teses e dissertações do portal da CAPES e na Biblioteca Digital de teses e dissertações. Após, foi realizado contato com as secretarias de educação e iniciada as entrevistas com os técnicos. A partir do objetivo da pesquisa acima indicado e em posse dos documentos, foram iniciadas as análises dos textos. Para isso, está sendo utilizada a análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1980, p. 42), que é definida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

De acordo com o objetivo desse artigo, discutiremos a seguir concepções de propostas curriculares para a educação infantil; apresentaremos a análise da arquitetura dos documentos dos cinco municípios selecionados, finalizando com algumas reflexões.

As Propostas Curriculares na Educação Infantil

Ainda que as publicações que versam sobre esse tema – Proposta Curriculares para a Educação Infantil - sejam em número pequeno, essa discussão não é recente. Em 1994, foi elaborado um documento pela Coordenação de Educação Infantil - COEDI em conjunto com a Secretaria de Educação Fundamental - SEF, intitulado “Política Nacional de Educação Infantil”, no qual discutia a importância da sistematização de Propostas Curriculares. Realizou-se nessa mesma época, também pelo MEC/COEDI, um levantamento nacional dos documentos existentes relativos ao currículo da Educação Infantil, sistematizado no documento: “*Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil*” publicado em 1996 que buscou, subsidiar os municípios nas reflexões e construções de suas propostas. O que ficou comum nas análises foi a fragilidade de como os municípios compreendiam o currículo, sendo os documentos não “se referem aos demais elementos [...] que orientariam as instituições no sentido [...] de um projeto amplo para educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 33).

Em 1998 foi lançado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Apesar de ser um referencial, foi amplamente divulgado e acabou sendo “tomado” como o currículo da educação infantil, visto que com sua publicação o MEC encerrou as discussões sobre proposta curricular para esta etapa da educação básica.

Na década de 2000, mudanças na conjuntura nacional resultaram em nova configuração ao MEC e na aproximação de pesquisadores/as e professores/as na formulação de políticas para educação infantil. Nesse período, entre outros documentos, as diretrizes foram revisitadas, sucedendo em um novo documento, com a proposição de ser o documento mandatório que deveria orientar as propostas curriculares. No entanto, conforme pesquisa realizada pelo MEC em 2009, que consultou e analisou as Propostas Curriculares elaboradas pelos municípios brasileiros, o RCNEI ainda se constitui como importante subsídio na elaboração das propostas curriculares municipais.

Atualmente, temos na agenda de debates nacionais a discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, lançada recentemente pelo MEC. Conforme Campos e Barbosa (2015, p. 358) “a defesa de uma Base Nacional Comum se pautou na lógica da defesa de um projeto societário mais justo”, sendo que no campo da educação infantil essa defesa também residiu “na necessidade de operacionalizar as diretrizes curriculares” (idem, p. 359).

Diante disso é necessário pensar numa proposta curricular para a educação infantil que leve em consideração a criança como um sujeito de direitos e a educação infantil como:

[...] um lugar de vida, tecido por vários fios juntos e em conjunto, tramados e constituídos pela ação do eu com o outro e do outro, que supõe estar em contínuo exercício de construção. Enquanto, nesse contínuo, juntos colhem e acolhem aprendizagens e descobertas sobre si, sobre os outros e sobre o mundo (FOCHI, 2015, p. 35).

Apresentaremos a seguir as análises indicadas neste artigo sobre a arquitetura dos documentos orientadores da educação infantil de cinco municípios catarinenses selecionados.

Análise da arquitetura das Propostas Curriculares municipais

Santa Catarina é formada por 295 municípios, sua população total, de acordo com o IBGE (2010), é de 6.248.436 habitantes, sendo que destes 7,9% são crianças de 0 a 5 anos de idade. O estado apresenta o indicador de 0,774 no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, o que na classificação indica que o estado possui IDH alto, entretanto, mesmo obtendo esse índice, em relação ao atendimento da educação infantil, Santa Catarina atinge o percentual de 26,7% quando consideramos as matrículas brutas, um índice de atendimento menor que a média nacional, que é de 28%. Os cinco municípios pesquisados estão distribuídos em quatro de suas cinco mesorregiões. Assim, temos o seguinte panorama:

Quadro 1: Panorama geral dos municípios investigados

Município	Mesorregião	Total de Habitantes	População Infantil	IDHM
A	Norte Catarinense	562.151	41.111	0,809
B	Grande Florianópolis	469.690	28.011	0,859
C	Vale do Itajaí	338.876	22.504	0,806
D	Vale do Itajaí	205.271	15.342	0,795
E	Serrana	158.732	12.896	0,770

Fonte: Elaboração própria, conforme dados do Censo de 2010 do IBGE (2016)

No que se refere a composição dos documentos, o município A está organizado por meio de campos de experiências e expectativas de aprendizagem, a partir de tabelas divididas por faixas etárias, com objetivos de ensino e de aprendizagem e procedimentos para o professor. O município B possui um documento bem estruturado, dividido em duas partes: I.

brincadeiras - com algumas possibilidades de atividades; na parte II. núcleo de ação pedagógica (relações culturais e sociais, linguagens e relações com a natureza) com indicações gerais para cada grupo – bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. O documento do município C apresenta a realidade educacional da rede, o histórico do documento, as concepções conceituais e metodológicas e organiza em tabelas as aprendizagens necessárias para cada faixa etária, com objetivos e “possibilidades metodológicas”. O documento do município D apresenta o histórico da educação infantil municipal, objetivos, princípios norteadores, fazer pedagógico, a criança e a rotina, conceituando e ampliando essas discussões para o desenvolvimento das linguagens na rotina, bem como as orientações pedagógicas com um “modelo de planejamento”. O documento do município E está em processo de construção; o material encaminhado à pesquisa está organizado a partir de eixos norteadores, com a indicação de conteúdos e atividades separados por faixa etária.

Em relação a nomenclatura dos documentos, temos:

Quadro 2 - Nomenclatura dos documentos orientadores da educação infantil

Município	Nomenclatura
A	Orientações Curriculares: experiências de aprendizagem no espaço da educação infantil
B	Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino
C	Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica: Educação Infantil - Volume I
D	Diretrizes Municipais para a Educação Infantil
E	Planejamento

Fonte: Elaboração própria (2016)

O que nos chama atenção é que o termo “curricular” aparece em dois municípios, mas com adjetivo de modo diferente: no município A consta “orientações”, no município C consta “diretrizes”. Poderíamos afirmar que isso é uma escolha das respectivas equipes, no entanto, em termos legais, orientações e diretrizes não são equivalentes. Posto que orientações não são indicativas de definições mandatárias, como é o caso de diretrizes. Outro aspecto que chamou atenção foi a composição das equipes. De acordo com os documentos:

Quadro 3 - Equipe participante da elaboração dos documentos orientadores

Município	Equipe
A	Não consta
B	Coordenação, consultoras, colaboradores, equipe técnica da secretaria, assessoras e estagiária.
C	Coordenação, grupo de trabalho, universidades, professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e equipe técnica da secretaria.
D	Equipe técnica da secretaria, colaboradora e grupos de trabalho.
E	Não consta

Fonte: Elaboração própria (2016)

A seguir, discutiremos algumas possíveis indicações, bem como, questões para refletirmos e ampliarmos o pensar pedagógico frente a esse tema.

Algumas reflexões

Diante das análises da arquitetura das Propostas Curriculares dos cinco municípios catarinenses selecionados para esta pesquisa, percebeu-se um avanço quanto à elaboração e sistematização conceitual e científica dos documentos. Quanto ao seu processo de construção, notou-se o envolvimento coletivo, inclusive em parcerias com universidades. Este tipo de parceria é essencial para o desenvolvimento educacional, visto que aproxima os estudos das práticas cotidianas das instituições. Entretanto, compreende-se que este processo não é uma tarefa fácil, visto que cada pessoa envolvida possui suas concepções e conseguir o consenso, exige muita pesquisa e muito diálogo. Mas é justamente aí que reside a essência do currículo, no “equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”. (SACRISTAN, 1998, p. 17)

Vale mencionar que nesse trabalho nos propomos apenas a realizar a análise da arquitetura dos documentos e que os aspectos explícitos ao conteúdo não serão nesse momento abordados. Entretanto, a análise desse aspecto dos documentos é relevante e oportuniza também a definição de alguns indicativos, que já nos alertam para alguns direcionamentos.

Ficou manifesta na arquitetura das Propostas Curriculares municipais sua heterogeneidade, evidenciando os diferentes modos de apropriação, interpretação e ressignificação das políticas nacionais nos contextos locais.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1980

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Educação Infantil. **Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1996.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **BNC e educação infantil: quais as possibilidades?** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366. 2015.

FOCHI, Paulo. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário?: comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva**. Porto Alegre:Penso, 2015.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUIDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 1: 1-15, 2009.

SACRISTAN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.